



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

Linha de Pesquisa: Poder local e organização do espaço

ALYSSON BEZERRIL DE ANDRADE

**DINÂMICA TERRITORIAL E MANUTENÇÃO DO PODER EM
GUARABIRA, PARAÍBA.**

GUARABIRA/PB

2017

ALYSSON BEZERRIL DE ANDRADE

**DINÂMICA TERRITORIAL E MANUTENÇÃO DO PODER EM
GUARABIRA, PARAÍBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC – Monografia), apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito para a conclusão de curso, sob orientação do Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

GUARABIRA/PB

2017

A543d

Andrade, Alysson Bezerril de.

Dinâmica territorial e manutenção do poder em Guarabira. Paraíba [manuscrito] : / Alysson Bezerril de Andrade. – 2017
44 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

“Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto, Departamento de Geografia – CH.”

1. Geopolítica. 2. Território. 3. Fragmentação. 4. Oligarquias.

21.ed. CDD 320

ALYSSON BEZERRIL DE ANDRADE

**DINÂMICA TERRITORIAL E MANUTENÇÃO DO PODER EM GUARABIRA,
PARAÍBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC-
Monografia) apresentada à banca
examinadora da Universidade Estadual
da Paraíba – UEPB, como requisito
parcial para cumprimento do curso de
Licenciatura Plena em Geografia.

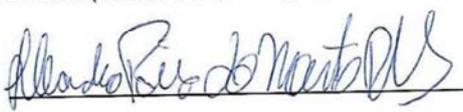
Aprovada em 07/12/2017

Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG

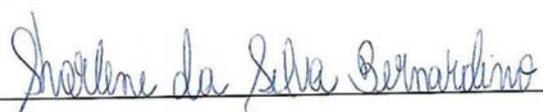
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG

Examinador (Doutor em Geografia pela UFRN/PPGE)

Examinador (Doutor em Geografia pela UFRN/PPGE)



(Examinadora) Profa. Ms. Sharlene da Silva Bernardino UEPB/CH/DG

(Examinadora) Profa. Ms. Sharlene da Silva Bernardino UEPB/CH/DG

Mestre em Geografia pela UFPB

GUARABIRA/PB - 2017

A Deus por ter me concedido o dom da vida e do entendimento, por ter me proporcionado essa oportunidade que foi de grande valor para meu desenvolvimento humano e, pela minha família e minha namora que sempre me apoiou e incentivou nesta bela caminhada de curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e determinação que me concedeu de estar concluindo o curso sabendo lhe dar com os obstáculos que no decorrer do mesmo apareceram.

Aos meus pais Maria de Lourdes Bezerril e Almir Silva de Andrade que me incentivaram e me deram bastante força na caminhada, sempre dispostos a me ajudarem na concretização deste meu sonho.

Aos colegas de turma, pelas descobertas, trocas de experiências, companherismo e amizade que sempre estiveram presentes em nosso convívio em sala de aula.

Ao professor orientador Belarmino Marino, por sua disponibilidade e atenção para a realização desta pesquisa, e a todos os professores que contribuíram de forma efetiva na minha formação, que plantaram em mim a semente da sede do conhecimento e que me mostraram que ensinar não é apenas trabalhar conteúdos de forma prazerosa e criativa, ensinar vai mais além, é um caso de amor e isso me fez despertar a consciência para ser uma educadora que irá fazer a diferença.

Aos professores Leandro Paiva e Sharlene Bernardino, pelo pronto atendimento em examinar esse trabalho, em nome dos mesmos agradeço aos demais professores de Geografia pela importante contribuição durante toda a formação.

Ao povo paraibano pelo seu trabalho duro para com seus impostos garantir uma educação pública e gratuita, bem como para os servidores da UEPB que sempre estive nos apoiando com o seu trabalho.

“Dos diversos instrumentos utilizados pelo homem, o mais espetacular é, sem dúvida, o livro. Os demais são extensões do seu corpo. O livro não. O livro é uma extensão da memória e da imaginação.” **Jorge Luís Borges**

Geografia - 043

TÍTULO: DINÂMICA TERRITORIAL E MANUTENÇÃO DO PODER EM GUARABIRA, PARAÍBA.

LINHA DE PESQUISA: Poder local e organização do espaço

AUTOR: ALYSSON BEZERRIL DE ANDRADE

ORIENTADOR: Prof. Dr. Berlamino Mariano Neto UEPB/CH/DG

EXAMINADORES: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG

Profa. Ms. Sharlene da Silva Bernardino UEPB/CH/DG

RESUMO

Este trabalho foi realizado sobre a temática da geopolítica, tendo como objetivo de estudo a análise sobre a fragmentação territorial sofrida pelo município de Guarabira entre os períodos das emancipações políticas de seus distritos, fazendo uma análise econômica e social, bem como relatar as situações ocorridas na microrregião de Guarabira, como a fragmentação ocorrida através da influência econômica e a luta pelo poder político, e a rixa entre famílias oligárquicas. Nessa perspectiva a base teórica que se apresenta, destaca autores como: (LEAL, 1949); (MAGNOLI, 1986); (NUNES, 2015); (GOMES, 2015); (BURSZTYN, 2008); (SANTANA, 2006); (SANTIAGO, 2011); (SANTOS, 2008); (MARIANO, 2015). Estes autores fortalecem o estudo da geografia política. A ideia é de que esse trabalho possa contribuir para o conhecimento geohistórico do município de Guarabira, e para ajudar em futuras pesquisas. A pesquisa se deu tanto no campo teórico, quanto na pesquisa empírica, com observações em campo acerca da fragmentação territorial vivida. Guarabira com sua fragmentação territorial perdeu uma área superior ao seu território atual e deixou de ser destaque na economia e na demografia do Estado da Paraíba. Houve um retrocesso em sua dinâmica socioeconômica, mesmo se considerando que todos os municípios oriundos da sua base territorial, ainda guardam significativa dependência e influência advinda de Guarabira.

Palavras-chave: Geopolítica, Território, Fragmentação, Oligarquias

Geography – 043

TITLE: TERRITORIAL DYNAMICS AND MAINTENANCE OF POWER IN GUARABIRA, PARAÍBA.

LINE OF RESEARCH: Local power and space organization

AUTOR: ALYSSON BEZERRIL DE ANDRADE

ORIENTADOR: Prof. Dr. Berlamino Mariano Neto UEPB/CH/DG

EXAMINADORES: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG

Profa. Ms. Sharlene da Silva Bernardino UEPB/CH/DG

ABSTRACT

This work was carried out on geopolitics, with the objective of studying the territorial fragmentation suffered by the municipality of Guarabira between the periods of the political emancipations of its districts, making an economic and social analysis, as well as reporting the situations occurred in the Guarabira's micro-region, such as fragmentation through economic influence and the struggle for political power, and the feud between oligarchic families. From this perspective, the theoretical basis that is presented highlights authors such as: (LEAL, 1949); (MAGNOLI, 1986); (NUNES, 2015); (GOMES, 2015); (BURSZTYN, 2008); (SANTANA, 2006); (SANTIAGO, 2011); (SANTOS, 2008); (Mariano, 2015). These authors strengthen the study of political geography. The idea is that this work can contribute to the geohistorical knowledge of the municipality of Guarabira, and to assist in future research. The research took place both in the theoretical field and in empirical research, with observations in the field about the territorial fragmentation experienced. Guarabira com sua fragmentação territorial perdeu uma área superior ao seu território atual e deixou de ser destaque na economia e na demografia do Estado da Paraíba. Houve um retrocesso em sua dinâmica socioeconômica, mesmo se considerando que todos os municípios oriundos da sua base territorial, ainda guardam significativa dependência e influência advinda de Guarabira.

Keywords: Geopolitics, Territory, Fragmentation, Oligarchies

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 01 - Mapa do cartógrafo alemão George Marcgrave.....	26
Figura 02 - Espaço físico de Guarabira antes e depois das fragmentações.....	31
Figura 03 - Divisão territorial de Guarabira, depois de 1963.....	32
Figura 04 - Paroquia de São Sebastião. Araçagi/PB.....	34
Figura 05 - Paroquia de São Sebastião. Araçagi/PB.....	34
Figura 06 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.....	36
Figura 07 - Praça Geraldo Beltrão, ao fundo Igreja Matriz de Alagoinha.....	36
Figura 08 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	37
Figura 09 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	37
Quadro 01 – Principais Oligarquias de Guarabira no poder.....	23
Quadro 02 - Constituição municipal da microrregião de Guarabira 1877 – 1994	28
Quadro 03 - Fragmentação territorial de Guarabira entre 1953 a 1963	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Agência Brasileira de Normas e Técnicas
CH	Centro de Humanidades
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	15
2.1 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
2.2 MATERIAIS E MÉTODOS	21
3 GEOGRAFIA E PODER: FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE GUARABIRA/PB	23
3.1 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA DE GUARABIRA E SUA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL.....	27
3.2 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB.....	34
3.2.1 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PB.....	35
3.2.2 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUITEGÍ/PB.....	36
3.2.3 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MULUNGU/PB.....	38
3.2.4 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS/PB.....	38
3.2.5 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB.....	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Nossa proposta inicial de trabalho teve como preocupação central estudar a geografia política, o municipalismo e a fragmentação territorial da microrregião de Guarabira. Com o desenvolvimento da pesquisa e o contato com o material empírico, repensamos nossas formulações iniciais, certamente, o que nos interessa é a análise da influência política e social estabelecida a partir das forças de poder no território inicialmente definido como Guarabira na Mesorregião Agreste do território paraibano.

O trabalho tem como objetivo estudar a geografia política, fazendo assim uma análise sobre o poder das oligarquias de Guarabira/PB, estudando o municipalismo e a fragmentação territorial que deu origem a quase todos os municípios na microrregião de Guarabira. Buscamos a história da fragmentação ocorrida com as emancipações políticas que deram origem à os seis municípios que circundam a base territorial de Guarabira.

Também fizemos uma reflexão sobre a pertinência no emprego sobre o referente ao *coronelismo*. Segundo Leal (1949, p 23), “O fenômeno de imediata observação para quem procure conhecer a vida política do interior do Brasil é o malsinado *coronelismo*”. Assim tivemos um aprofundamento sobre esse tema para que fique de fácil compreensão os fatores determinantes para o que foi pesquisado e analisado.

A questão que também respondemos ao longo do estudo e que foi formulado como hipótese durante o projeto que o coronelismo foi um dos principais fatores responsáveis pela fragmentação territorial, em especial no nordeste brasileiro. Pois para Mariano Neto (2015) as oligarquias rurais em Guarabira deram base para a atual formação territorial fragmentada.

Para elaboração deste trabalho, foram utilizadas diversas fontes e técnicas de pesquisas que, articuladas num quadro teórico mais amplo, pudesse dar conta da realidade estudada. Um dos autores base do estudo é o próprio orientador da pesquisa, (MARIANO NETO, 2015), tanto como professor da disciplina de Geografia Política, quanto por possuir artigos e capítulos de livros tratando do tema. Também

nos utilizamos de historiadores locais COELHO, (1975); MELLO (1999); NUNES (2015).

Também buscamos captar a percepção do ponto de vista dos organizadores políticos e o processo de influência e poder destes na microrregião de Guarabira, isto, para que pudéssemos ter uma visão ampliada das práticas de produção e reprodução da força política e das alterações que ela assume na constituição territorial. Assim, temos sobrenomes tradicionais da vida política como: Aguiar, Paulino; Mendes, Beltrão, Bandeira, Pimentel, Toscano (MARIANO NETO, 2015).

Utilizamos como instrumento de pesquisa o levantamento de dados, através de fontes documentais históricas, em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sites oficiais das prefeituras locais, blogs, entre outros meios eletrônicos de informação. Foi feito um registro de imagens e uma análise de imagens fotográficas antigas, para uma análise comparativa com as atuais, com as pesquisas de campo nos municípios desmembrados de Guarabira.

Também buscamos levantar dados socioeconômicos que representavam e representam a dimensão produtiva territorial das áreas anteriormente pertencentes a Guarabira com a exclusão ou fragmentação deixaram de figurar nas estatísticas guarabirenses. Coube uma análise comparativa desses dados.

O trabalho se estruturou em quatro capítulos, aonde abordamos do contexto histórico até a fragmentação do município, e o desenvolvimento de uma análise crítica sobre o emprego do coronelismo e sobre as oligarquias ruralistas e sua permanência no poder, tendo em vista a fragmentação territorial, a fragmentação é limitada por obstáculos institucionais.

Isso decorrem da situação de subordinação, política e econômica, os obstáculos são patenteados por grupos que tentam assegurar sua posição de estabilidade no poder, as oligarquias. Que para garantir a permanência do seu poder político, fez com que seu território de domínio se tornasse emancipado, isso com o único intuito de garantir o seu poder.

2 ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O capítulo foi estruturado em duas partes, sendo a primeira relativa aos referenciais teóricos de maneira geral e específica, em que tratamos sobre fragmentação territorial na perspectiva da geografia política em escalas: nacionais, regionais e locais. A segunda parte deu conta dos materiais e método de pesquisa, considerando uma análise geográfica na perspectiva dos tecidos territoriais fragmentados a partir do antigo município de Guarabira, que gerou oito novas estruturas municipais.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com alguns autores trazer alguns conceitos e referências sobre geografia política e geopolítica MAGNOLI (1986); MARIANO NETO (2015); BURZTYN (2008). Pois para Magnoli (1986), ele afirma que a geopolítica ou geografia política deu início no encontro histórico entre generais e geógrafos, e virou teoria na época da Alemanha nazista, quando um certo Karl Haushofer definiu: “A nova doutrina deve ser e será a consciência geográfica do Estado”.

Já no Brasil, durante o regime militar a geopolítica era a bíblia dos governantes, que por sua vez usaram para manter o poder centralizador. Atualmente vai para o espaço, satélites artificiais fotografam países, fronteiras, pontos estratégicos. Sobre as linhas da geografia, o poder político persegue sua própria expansão. Sobre essa perspectiva vemos a geopolítica como forma do conhecimento necessário não somente para as guerras, mas para o domínio interno de uma nação seja ela uma democracia de estado de direito ou uma ditadura.

Nesse contexto da geopolítica fazendo uma análise do processo histórico de urbanização na Paraíba, ou seja, a origem e a evolução das cidades, deve levar em

consideração não só a dinâmica econômica estadual, mas também as dinâmicas regionais, nacionais e em alguns casos, internacionais, (SILVA, 2004). Para uma melhor compreensão da fragmentação do território paraibano, dividimos o período republicano em diversas fases, por entendermos que os vários processos políticos e econômicos que ocorreram, a partir da instalação do Brasil República, tanto internamente como externamente, influenciaram de forma decisiva no processo de formação do território brasileiro como um todo.

Dessa forma, como resultado de tais processos, passamos a contar com uma diversidade de tempos históricos, em função dos quais buscamos entender a diversidade de tempos espaciais. Em vista disso, é necessário que a fragmentação territorial seja analisada observando esta dinamicidade histórico-espacial, tendo como fio condutor a periodização estabelecida pela historiografia brasileira para o Brasil República (GOMES, 2015, p232.).

A escolha desse recorte histórico “o Brasil República”, para a nossa pesquisa se deu devido ao fato de ter sido a República, uma das principais bases para a reorganização territorial brasileira, antes estruturada em províncias, cidades e vilas. Com o advento da República, o território brasileiro passou a ser dividido em Estados e Municípios, tendo estes últimos uma base territorial organizada em zona urbana e zona rural.

Para Gomes (2015), a república nesse primeiro momento tem um significado muito importante para a história do Brasil seja na política, economia ou no meio sociocultural. Como já abordado anteriormente a “república oligárquica”, foi feita através da formação do pacto oligárquico, o elemento fundamental na política dos governadores, que por sua vez estabeleceu um acordo entre governo e oligarquias agrárias.

Desde o início da república até os dias atuais, os coronéis têm a força política nas mãos, usando de sua influência econômica, matem-se no poder a fim de manter prestígio e os privilégios por gerações a fio, vemos que as oligarquias rompem a barreira do tempo e estão a décadas no controle das instituições políticas do nosso país, em quase todas as esferas de poder (GOMES, 2015, p.221).

Garantir as vitórias eleitorais dos candidatos ligados aos fazendeiros, ou senhores de terra, mandatários locais, que estavam associados a oligarcas regionais

e estes por sua vez, influenciavam a política nacional, sempre foi o principal mecanismo de controle da “república dos coronéis” (GOMES, 2015, p.221). Eles aumentaram suas áreas de influência através de acordos políticos feito com outros oligarcas, muitos deles pararam de dá apoio a políticos terceiros, para eles mesmo ou pessoas de seu comando se eleger, em muitos casos, através das alianças políticas familiares.

Sobre o municipalismo brasileiro, temos importantes momentos da Era Vargas, com conturbações políticas em que os prefeitos eram escolhidos indiretamente, por indicação dos governadores em troca de apoio político e governabilidade (MELO, 1994). Este período é marcado pelo predomínio do campo sobre a cidade, podendo este ser um dos motivos principais para a tão insignificante fragmentação ocorrida no Brasil.

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas (BRASIL. Constituição Federal, 1988, p. 19).

Sobre as oligarquias e coronelismo no Brasil, Mariano Neto (2015) afirma que Soares (1979), publicou uma importante obra, intitulada Coronelismo e Oligarquias, analisando o período de instalação da primeira República (1889 a 1934).

Nesse caso, vale destacar que foi um período em que regiões e localidades municipais, tinham seus administradores escolhidos por indicação dos governadores, e recebiam uma nomeação como “intendentes”, com poderes até certo modo, de caráter militarista e administrativo. Esse período ficou conhecido como a era dos coronéis. Quem eram eles? As figuras de poder, que respondiam pelos interesses do seu grupo político. Como eram grandes proprietários rurais, com latifúndios que em muitos ultrapassavam áreas territoriais, às vezes maiores do que um único município, estes oligarcas eram revestidos de um poder, quase que ilimitado (MARIANO NETO, 2015, p.1).¹

Fazendo uma busca do conceito de oligarquias, Mariano Neto (2015) utiliza o conceito considerando o Dicionário Formal em que o termo possui uma classificação morfosintática: substantivo, feminino singular, de oligarquias,

¹ <http://guarabira50graus.blogspot.com.br/2015/08/as-oligarquias-de-guarabira-e-o-poder.html>

Oligarquia²: Significa, literalmente, governo de poucos. No entanto, como aristocracia significa, também, governo de poucos - porém, os melhores -, tem-se, por **oligarquia**, o governo de poucos em benefício próprio, com amparo na riqueza pecuniária. As **oligarquias** são grupos sociais formados por aqueles que detêm o domínio da cultura, da política e da economia de um país, e que exercem esse domínio no atendimento de seus próprios interesses e em detrimento das necessidades das massas populares.

Então de acordo com Santana (2006) ao tomar o poder, o Governo Vargas, em 1930, expulsa do poder a oligarquia cafeeira, e começa a centralização do poder. Podemos dividir a Era Vargas em três momentos: Governo Provisório de 1930 a 1934, o Governo Constitucional de 1934 a 1937, e o Estado Novo de 1937 a 1945. Com a centralização do poder Vargas eliminou o órgão legislativos, federal, estadual e municipal, nomeados representantes do governo para assumir o controle dos estados. E preciso ressaltar com Getúlio era um admirador do modelo fascista de Mussolini, Getúlio e considerado por muitos como nacionalista.

Getúlio Vargas, porém, cultivava uma política de centralização do poder e, após a experiência frustrada de golpe por parte da esquerda - a histórica Intentona Comunista -, ele suspendeu outra vez as liberdades constitucionais, fundando um regime ditatorial em 1937. Nesse mesmo ano, estabeleceu uma nova Constituição, influenciada pelo arquétipo fascista, que afiançava vastos poderes ao Presidente. A nova constituição acabava com o Legislativo e determinava a sujeição do Judiciário ao Executivo. Objetivando um domínio maior sobre o aparelho de Estado, Vargas instituiu o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que, além de fiscalizar os meios de comunicação, deveria espalhar uma imagem positiva do governo e, especialmente, do Presidente (SANTANA, 2006, p 48).

Santana (2006) ressalta que a “republica populista” como ficou conhecida, foi entre o período de 1945 a 1964, teve como principal característica, presidentes populistas, e eram aclamados por multidões e odiados por muitos, nessa época o Brasil teve 10 presidentes, sendo entre eles (Jânio Quadros, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek) os de maior destaque, entre eleitos e interinos, historiadores relatam que é nesse período que se inicia a verdadeira industrialização no Brasil, que por sua vez afeta a estrutura agraria, mas não abala o poder das oligarquias, pelo menos em escala regional e local.

² <http://www.dicionarioinformal.com.br/oligarquia/>.

Quando em suas terras existiam atividades econômicas de manufatura ao exemplo de engenhos, ou eram grandes fazendas de gado, ou produção de monoculturas como a cana-de-açúcar, algodão ou agave, estes grandes proprietários, conseguiram interferir politicamente em toda uma região, influenciando diretamente em uma escala macro política estadual e até em nível nacional. Nesse período eram comuns os esquemas de compra de voto, voto de cabresto e todo tipo de corrupção e repressão extremamente antidemocrática, contra as forças políticas de esquerda que se colocassem na contra hegemonia do sistema oligárquico (MARIANO NETO, 2015, p. 2).

De acordo com Santiago (2011), o poder político de algumas figuras carismáticas da vida política nacional, se replicava em escala regional e mesmo após os governos populistas e com a implantação do Regime Militar (1964-1985) além de sucessivos momentos de fortes investimentos na recém-implantada indústria brasileira, de crises econômicas, inflacionárias, entre outros fatores, vê que os poderes constituídos ainda continuavam regidos sobre a égide de elites agrárias regionais, agora dividindo o poder com empresários e industriais.

Para melhor compreendermos o estado brasileiro e, mais particularmente, suas relações com a região Nordeste precisamos primeiramente analisar o contexto histórico no qual o continente americano foi incorporado. Baseado no princípio de que o rei deveria ser o principal comerciante, produtor agrícola e industrial, Portugal encontrou sua nova colônia americana um enorme campo para extração de riquezas.

A primeira região do país a desenvolver uma certa atividade econômica foi o Nordeste, que forneceu os primeiros produtos vegetais extraídos da colônia e que eram vendidos na Europa, também foi no Nordeste que os portugueses começaram a exploração da cana-de-açúcar. Daí o porquê de ter inúmeros engenhos na região nordeste e em especial na Paraíba (GALLIZA, 1993).

A intensificação do latifúndio açucareiro na zona litorânea reduziu-o, nas suas proximidades, o número de pequeno proprietários, rendeiros e foreiros, que se dedicavam à a lavoura de subsistência, ao mesmo tempo em que se acentuavam as condições de pobreza de parte da população, os antigos proprietários, que permaneceram nas áreas, tornaram-se trabalhadores assalariados (GALLIZA, 1993).

Não diferente dos outros municípios do nordeste brasileiro, Guarabira foi e é dominada por oligarquias, lá no seu passado as oligarquias ruralistas comandadas pelos coronéis, mandavam e desmandavam em seu território, o poder desses

pareciam infinito, mas as famílias de produtores rurais cresceram e se ramificaram, passando com o tempo é com casamentos mudando os sobrenomes, mas continuam os mesmos descedentes daqueles que a muitos anos atrás tinha o poder.

Mariano Neto (2015), comenta que essas famílias são tratadas como membros da realeza em suas respectivas áreas de domínio, e foi por esse motivo, que com o conchavo entre poder local e poder estadual, que se criaram leis para que até então, esses pequenos distritos se emancipassem e se tornassem cidades.

Temos importantes historiadores como Cleodon Coelho (1975) e Moacir Camelo de Mello (1999), que tratam diretamente da História de Guarabira, mas existem muitas lacunas, quanto às questões de disputa e controle oligárquico das famílias locais, ressaltando muito mais o papel de valorização dos fundadores da cidade, sem uma preocupação com os interesses políticos e as disputas de poder, dentro de uma lógica elitista e conservadora de valores. De maneira que um leitor desavisado, pode construir uma ideia falsa da realidade histórica da fundação e desenvolvimento local. Historiadores mais atuais, como Martinho Alves e o professor Josias, tentam em seus blogs e até em livros, reconstituir a história de Guarabira, em alguns casos elencando novos indícios de atuação políticas de alguns grupos, em Martinho Alves, faz um resgate biográfico patriarca Antônio Roberto Paulino. Já o historiador, José Octavio de Arruda Melo (1994, 1993 e 1997), consegue em suas diferentes obras, discutir as questões urbanas e dos grupos familiares que se reversavam no poder, inclusive em Guarabira e região (MARIANO NETO, 2015, p.3).

Estas referências históricas elucidadas por Mariano Neto (2015), retratam apenas alguns aspectos da vida política de Guarabira, mas não analisam criticamente como se dava o poderio político local, no comando das importantes e tradicionais famílias oligárquicas local.

Mariano Neto (2015), ao interpretar Melo (1994) destaca que, em seu livro História da Paraíba: lutas e resistências, que um dos mais fiéis representantes das oligarquias rurais paraibanas, foi o interventor Argemiro Figueiredo (1936 - 1940), sua principal base de apoio foi o grupo da várzea, tanto do rio Paraíba como do vale do Mamanguape.

Se pensarmos em governadores ou interventores da Paraíba, vale registrar que em todo o período republicano, se destacaram mais de vinte (20) oligarquias, que se espalharam pelo Estado da Paraíba, e interferiram diretamente em algum momento da História política

paraibana, entre elas: Almeida; **Andrade, Aquino**; Araújo; Pessoa; **Bandeira**; Borges; Braga; Brito; Cabral; Carneiro; **Cavalcante**; Coutinho; **Cunha**; Dantas; Leal; **Lima**; Lins; Lucena; Miranda; **Melo**; Moreira; Odilon; **Paulino**; **Pimentel**; Rego; Ribeiro; Targino; **Toscano**; Vasconcelos; Veloso; entre outras, com destaque em negrito para as que influenciaram na formação oligárquica de Guarabira. Vale registrar que muitas dessas famílias se uniram através de matrimônios, entre os filhos/as, o que representava a ampliação das possessões territoriais tipicamente latifundiárias (MARIANO NETO, 2015, p.4).

O autor afirma sobre outras famílias chegaram à Paraíba através dos Estados de Pernambuco ou do Rio Grande do Norte, influenciando tanto em áreas rurais, como em atividades urbanas na capital ou em centros urbanos polarizadores mesorregionais, entre o Litoral, Agreste, Borborema e Sertão, além de microrregiões (Cariri, Brejo, Seridó e Curimataú). As atividades rurais, atreladas às manufaturas e ao comércio fez com que a política paraibana irradiasse seu poder para as classes dominantes.

2.2 MATÉRIAS E MÉTODO

Os procedimentos metodológicos utilizados para elaboração dessa pesquisa abrangem o levantamento bibliográfico, artigos científicos, livros e pesquisa em *sites*, que contemplem a temática da proposta para a pesquisa. Com os dados obtidos demonstramos o poder econômico e a influência das oligarquias na formação política, econômica e sociocultural na microrregião de Guarabira.

Depois de feito todo levantamento bibliográfico, será feita a parte da leitura e fichamento, logo então, depois desse período, começara a ser transferido as informações obtidas com as pesquisas, para o artigo em questão, depois de mandado para correção, será feito a alterações necessárias, e será colocado em formato de artigo acadêmico. Com o artigo concluído será feito uma apresentação diante de uma banca avaliadora, composta pelo professor orientador e outros dois professores convidados.

O geral desse artigo é a compreensão dos fatos causadores da fragmentação territorial, principalmente com o enfoque entre famílias oligarcas da Região Nordeste, com foco na cidade de Guarabira na Paraíba, e em toda sua microrregião, mostrando por períodos o tamanho da fragmentação sofrida no local, pela a disputa incansável de poder. Enquanto a população não tomar conscientização da grave falha que é manter tais grupos no poder, jamais poderão se libertar das amarras do coronelismo moderno.

A análise geográfica do território, na perspectiva da geografia política, nos remete a autores como Rafestin (1993), pois o autor compreende a dimensão política na representação do poder. Souza (1995) avalia o território sobre a égide do Espaço e poder, considerando elementos como a ideia de autonomia e de desenvolvimento. Estes autores nos deram uma boa base para pensar o território de Guarabira, dentro das dinâmicas do poder local e microrregional. Para tanto buscamos os atores políticos e o processo histórico de suas atividades, na busca do controle territorial, mesmo depois de sua fragmentação, por emancipação política reflexo do municipalismo brasileiro.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território. “A produção de um espaço, território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas etc”. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Nesse estudo não poderia faltar pensadores como Haesbaert (2004), quando trata sobre o Mito da desterritorialização, do fim do território a multiterritorialização. O autor inclusive expõe alguns aspectos dessa visão geográfica, considerando aspectos da Cultura, Economia, Meio Ambiente e Base Jurídica.

3 GEOGRAFIA E PODER: FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL DE GUARABIRA/PB

Desde o início do século XX que existem disputas familiares pelo controle do poder municipal, entre as famílias tradicionais de Guarabira. Com base em dados históricos, Mariano Neto construiu uma tabela com destaque para as famílias que estiveram à frente do poder executivo local e a duração em anos que cada grupo familiar conquistou esses espaços de poder político (Quadro 01):

QUADRO 01 – PRINCIPAIS OLIGARQUIAS DE GUARABIRA NO PODER

OLIGARQUIAS	PERÍODOS À FRENTE DO PODER EXECUTIVO	DURAÇÃO NO PODER
AQUINO	1921/1923; 1940/1942; 1946/1947 e 1955/1957	11 anos
PIMENTEL:	1912/1915; 1946/1946; 1963/1969; 1973/1976 e 1993/1996.	20 anos
PAULINO:	1977/1982; 1989/1992; 2005/2008 e 2009/2012	17 anos.
TOSCANO:	1983/1988; 1997/2000; 2001/2004 e 2013/2017 (atual)	18 anos

Fonte: MARIANO NETO, 2015, p. 7.

O autor argumenta que das quatro principais oligarquias que já governaram Guarabira e ainda possuem remanescentes familiares nos governos e no poder legislativo local, se juntarmos as famílias Aquino e Paulino, em função das ligações familiares matrimoniais, chegaremos a mais de duas décadas. Outro aspecto a considerar é que se caso os toscanos indiquem alguém da família para Sucessão de Zenóbio Toscano, em sendo eleito/a, os toscanos poderão atingir 18 anos no poder.

Destacamos um momento político em que apesar da ditadura militar, os paulinos se colocavam em um campo oposto ao das famílias Pimentel, pois optaram politicamente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) crítico da ditadura militar, talvez por herança da oligarquia dos Aquino, também fortemente atreladas ao campo de defesa e assistencialismo as classes populares mais pobres, adquirindo importantes dividendos político-eleitorais e herdando um pouco do populismo assistencialista da época. Enquanto que o grupo político da família Pimentel estava atrelado às forças conservadoras da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de

sustentação da Ditadura Militar, ao qual também estiveram ligados representantes familiares das oligarquias Bandeira e Amorim. Isso não vale para todos os membros familiares, pois alguns dos políticos, dependendo da formação profissional como o jurídico, também adotaram o assistencialismo em suas estratégias para chegar ao poder (MARIANO NETO, 2015, p. 7).

Na visão do autor, como grupo político de oposição aos governos militares, o MDB, posteriormente PMDB, conseguiu com a Oligarquia local dos Paulinos, eleger sucessivos prefeitos, desde Antônio Roberto Paulino (MDB - 1977-1982); Zenóbio Toscano (PMDB - 1983-1988); Antônio Roberto Paulino (PMDB - 1989-1992). Perdeu a eleição para Jader Pimentel que havia trocado a ARENA pelo Partido Democrático Brasileiro (PDT – 1993-1997), uma versão crítica do antigo regime militar e ligado nacionalmente ao Leonel Brizola, que era governo gaúcho e havia sido perseguido pela ditadura militar, com perda de mandato e exílio político.

Uma nova situação política se fez com a eleição de Maria Hailéa de Araújo (Léa) Toscano (PMDB/1997-2000 e de 2000-2004), primeira mulher eleita e reeleita para a prefeitura de Guarabira, com o total apoio dos paulinos. Depois de 2001, com o rompimento das oligarquias Targino Maranhão e Cunha Lima (PMDB) em escala estadual, essa cisão afetou as relações oligarquias também em Guarabira, pois os toscanos também rompem com os paulinos e seguiram o grupo Cunha Lima que entraram no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Na sequência de disputa pelo poder municipal, o grupo Paulino elegeu Maria de Fátima de Aquino Paulino (PMDB – 2005-2008 e 2009-2012), eleita e reeleita, tornando a oligarquia Paulino/Aquino a que mais governou o município de Guarabira, desde a época das intendências e nomeações indiretas, até os dias atuais. Se fizermos um quadro das oligarquias dos Aquino e Paulino, juntos somam duas décadas de domínio da política de Guarabira.

Foi em meio de disputas políticas locais que nasceram os diversos municípios do entorno de Guarabira e todos eram base territorial original de Guarabira. Os desmembramentos municipais ocorridos na Paraíba na segunda metade do século XX, cria uma discussão acerca de uma temática que é investida de grande projeção política, por envolver a criação não apenas de novas localidades municipais, mas, mais propriamente, por envolver a formação de unidade de

governo, com a montagem de um aparato político-administrativo nesses territórios. (MARANHÃO, 1984, p,103).

Em Guarabira/PB nos anos de 1953 a 1963, nesse período de uma década a área territorial de Guarabira foi fragmentada em inúmeros pedaços, com emancipações políticas de seus distritos, que veio através de inúmeras leis estaduais, isso foi fatiando a sua área territorial pelo período das décadas de 50 e 60, essa fragmentação municipal veio com finalidades unicamente políticas. (NUNES, 2015, p.53).

Elevada à condição de cidade em 1877, com a denominação de Guarabira, a cidade já era um ponto de referência econômica na região, aonde um dia foi apenas um ponto de pousadas, local de descanso para aqueles que iam do sertão a zona da mata, com o passar das décadas passou a mudar o seu sistema econômico de agricultura de subsistência para produtos e serviços, em 1884 teve a chegada da linha férrea ao município, isso teve um grande impacto no desenvolvimento da cidade, “creio” que sem ela Guarabira não seria hoje o que é, a história da linha férrea na Paraíba se dá devido a produção de algodão do estado. (NUNES, 2015, p.56).

Para Nunes (2015), o algodão foi uma opção aleatória para aqueles que não produziam cana de açúcar ou gado para corte, como na parte da zona da mata paraibana se encontrava canaviais e os engenhos, no sertão se tinha a criação de gado e caprinos, e em outras regiões agricultura de subsistência, mas esse último não era tão compensatório para os arrendatários de terra, então aproveitando o clima, e a grande demanda que países industrializados da Europa tinha por algodão, deu início ao cultivo, esse a qual mudou o sistema econômico do estado, que fez com que vários proprietários de terras adotaram a algodão como principal cultura.

Esse sim, foi o grande impulsionador da economia Paraibana, levando a construção de linhas férreas cortando o estado de um extremo ao outro, Campina Grande teve grande destaque na comercialização de algodão virando um centro de compra e venda, Guarabira se tornou rota de passagem para o escoamento do algodão oriundo da zona sertaneja e redondezas de sua região. Não diferente de outras cidades e províncias do estado, Guarabira enquanto cidade foi administrada

na época da República velha por “*Coronéis*”, mas também teve alguns bacharéis em direito e medicina e grandes comerciantes, mas a grande representação política da região se fixou na figura do coronel. (NUNES, 2015, p.65).

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 1949, p.23).

Para Leal (1949), coronelismo é um produto derivado do poder rural sobre o Estado, levando-se em conta que o País na época em questão era de maioria rural, então os produtores rurais tinham grande influência e poder econômico, seriam eles os grandes mandatários do Brasil (FIGURA 1):

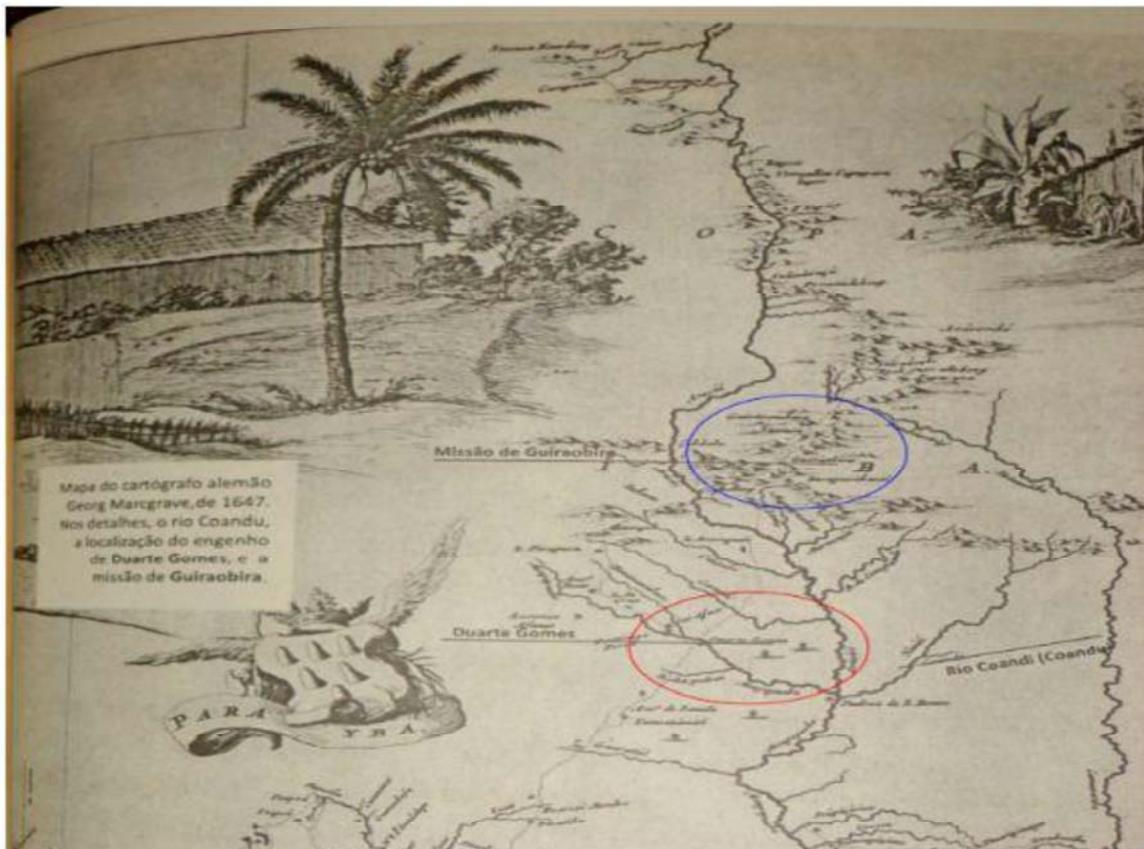


Figura 01: Imagem geográfica - cartógrafo alemão George Marcgrave, de 1647, disponível no Livro de Nunes, 2015, e adaptado por Alysson Bezerril de Andrade, 2017.

CÍRCULO AZUL: LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS ONDE HOJE É A CIDADE DE GUARABIRA

CÍRCULO VERMELHO: LOCALIZAÇÃO DO ENGENHO DE DUARTE GOMES DA SILVEIRA

Este mapeamento é talvez a mais antiga representação territorial das áreas que deram origem a Guarabira, por volta de 1647, período em que não havia ainda a ideia de municípios, pois as capitâneas hereditárias eram constituídas por sesmarias, com lotes doados as famílias tradicionais de Portugal que tinham capital e desprendimento para colonizar estas terras. O desbravamento encontrou obstáculos nos combates entre os índios aliados aos franceses de um lado, e do outro, os portugueses colonizadores da capitania, levando o governador Feliciano Coelho de Carvalho, em 1592, a expulsá-los. Por volta de 1641, holandeses também ali estiveram à busca do ouro durante curto período, por serem infrutíferas as pesquisas, retornaram ao seu ponto de partida. (NUNES, 2015, p.23).

3.1 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA DE GUARABIRA E SUA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL

Segundo Nunes (2015), o território compreendido entre o litoral e o lugar onde é o atual município foi percorrido pelos franceses que, aliando-se aos índios potiguares, passaram a explorar a região em busca de ouro que supunham existir na serra da Capaoba, hoje serra da Raiz.

José Gonçalves da Costa Beiriz, português oriundo de pequena cidade de Beiriz, é considerado o fundador do município. Em 1755, Costa Beiriz adquiriu terras, fundou engenho de cana-de-açúcar e fixou-se com a família, dando origem ao povoamento. Por estar situado em território indígena, foi dada a denominação de “Guaraobira” ou “Guirabira”. Em 1837, passou a denominar-se Independência, voltando à denominação de Guarabira, em 1877. (NUNES, 2015, p.127).

De acordo com Lucena e Mariano Neto (2010, p. 121) “A fragmentação territorial dos municípios brasileiros seguiu com muito impulso na Região Nordeste e no Estado da Paraíba”,

Dos 171 municípios foram geradas 52 novas unidades administrativas e ainda existem pelo menos mais uns 10 pleitos de novas emancipações, o que demonstra uma tendência a fragmentação territorial e de poderes locais que se refletem na

política, mas também na vida cotidiana das pessoas. Esse movimento ora municipalista, ora fragmentador é gerado por forças políticas locais que estão a frente dos municípios enquanto famílias tradicionais que tentam se manter no poder, mas em muitos casos deixam de cumprir uma boa administração, em especial para as áreas afastadas dos centros urbanos, como os distritos. As populações distritais se sentem prejudicadas pela falta de políticas públicas eficientes e em muitos casos acham que a melhor saída é o caminho da emancipação política, em muitos casos, estimuladas por grupos políticos familiares que são oposição a quem está no poder (LUCENA; MARIANO NETO, 2010, p.121).

Os autores ainda destacam que a fragmentação territorial interfere não apenas na dimensão da área física de um município, mas também na identidade das pessoas, em especial para aquelas que vivem nas zonas rurais e/ou nas áreas distritais e faz uma rápida reflexão sobre a Microrregião de Guarabira para além da área que anteriormente formava o município guarabirense.

A Microrregião de Guarabira é constituída por dois territórios o do município de Guarabira no qual se originaram oito novos municípios e o do município de Caiçara o qual se dividiu em quatro novas áreas, porém o mais dominante é o território que forma o município de Guarabira, pois por ele está localizado numa área centralizada o mesmo passou a ser um município possuidor de grandes relações de poder que por meio dessas relações contribuiu para que Guarabira polarizasse esse território e recebesse a mesma denominação microrregional (LUCENA; MARIANO NETO, 2010, p.122).

Em sua pesquisa a Microrregião de Guarabira enquanto uma das áreas que passou por forte processo de fragmentação territorial tendo esse processo sendo deflagrado com mais impulso na década de 1950, mas que remonta ao final do século XIX (Quadro 02):

**QUADRO 02 - CONSTITUIÇÃO MUNICIPAL DA MICRORREGIÃO DE GUARABIRA
1877 – 1994**

NOVOS MUNICÍPIOS	DECRETO DE EMANCIPAÇÃO	MUNICÍPIOS DE ORIGEM
ALAGOINHA	LEI Nº 980 de 13/12/1953	GUARABIRA
ARAÇAGI	LEI Nº 2.147 de 22/07/1959	GUARABIRA
BELÉM	LEI Nº 1.752 de 06/09/1957	CAIÇARA
CAIÇARA	LEI Nº 309 de 07/11/1908	GUARABIRA
CUITEGI	LEI Nº 2.685 de 26/12/1961	GUARABIRA
DUAS ESTRADAS	LEI Nº 2.658 de 22/12/1961	SERRA DA RAIZ

GUARABIRA	LEI ³ Nº 841 de 26/11/1877	GUARABIRA
LAGOA DE DENTRO	LEI Nº 2.614 de 11/12/1961	CAIÇARA
LOGRADOURO	LEI Nº 5.916 de 29/04/1994	CAIÇARA
MULUNGU	LEI Nº 2.074 de 29/04/1959	GUARABIRA
PILÕEZINHOS	LEI Nº 3.128 de 27/12/1972	GUARABIRA
PIRPIRITUBA	LEI Nº 979 de 22/12/1953	GUARABIRA
SERTÃOZINHO	LEI Nº 5.918 de 29/04/1994	DUAS ESTRADAS
SERRA DA RAIZ	LEI Nº 1.962 de 21/01/1959	CAIÇARA

Quadro 02 – Os Municípios da Microrregião de Guarabira desde 1877 até os dias atuais.
Fonte: IBGE, 2008 Adaptado por Lucena; Mariano Neto (2010, p. 121).

O quadro exposto por Lucena; Mariano Neto (2010), a partir de dados do IBGE, considera não apenas Guarabira, mais alguns municípios do entorno como: Caiçara, Duas Estradas e Serra da Raiz, que também passaram por fragmentações territoriais, dando origem a Microrregião de Guarabira. Ambas as fragmentações ocorreram nos mesmos períodos que perfizeram as décadas de 1950 a 1960.

De acordo com os dados do IBGE (2017), Guarabira foi elevado à categoria de vila com a denominação de Independência, pela lei provincial nº 17, de 27-04-1837. Sede na vila de Independência. Constituído do distrito sede. Instalado em 11-11-1837. Elevado à condição de cidade, com a denominação de Guarabira, pela lei provincial nº 841, de 26-11-1877. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece com 6 distritos: Guarabira, Alagoinhas, Araçagi, Cuité, Mulungú e Pirpirituba. Pelo decreto-lei estadual nº 1164, de 15-11-1938, o distrito de Cuité passou a denominar-se Cuitegi. No quadro fixado para vigorar no período de 1939-1943, o município é constituído de 6 distritos: Guarabira, Alagoinhas, Araçagi, Cuitegi ex-Cuité, Mulungú e Pirpirituba. Pela lei estadual nº 520, de 31-12-1943, é criado o distrito de Contendas e anexado ao município de Guarabira. (IBGE, 2017).

Sob a mesma lei acima citada o distrito de Alagoinhas passou a denominar-se Tauatuba e o distrito de Mulungú a denominar-se Camarazal. No quadro fixado

³ É importante salientar que a lei de criação do município de Guarabira é uma lei provincial.

para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 7 distritos: Guarabira, Araçagi, Camarazal ex-Mulungú, Contendas, Cuitegi, Pirpirituba e Tauatuba ex-Alagoinhas. Pela lei estadual nº 318, de 07-01-1949, o distrito de Contendas passou a denominar-se Cachoeira, Tauatuba voltou a denominar-se Alagoinhas e Camarazal voltou a denominar-se Mulungú. (IBGE, 2017).

Em divisão territorial datada de I-VII-1950, o município é constituído de 7 distritos: Guarabira, Alagoinhas ex-Tauatuba, Araçagi, Cachoeira ex-Contendas, Cuitegi, Mulungú ex-Camarazal e Pirpirituba. Pela lei estadual nº 652, de 05-12-1951, é criado o distrito de Pilõezinhos expovoado e anexado ao município de Guarabira. (IBGE, 2017).

Pela lei estadual nº 972, de 02-12-1953, desmembra do município de Guarabira o distrito de Pirpirituba. Elevado à categoria de município. Pela lei 979, de 03-12-1953, desmembra do município de Guarabira o distrito de Alagoinhas. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de I-VII-1955, o município é constituído de 6 distritos: Guarabira, Araçagi, Cachoeira, Cuitegi, Mulungú e Pilõezinhos. (IBGE, 2017).

Pela lei estadual nº 2074, de 29-04-1959, desmembra do município de Guarabira o distrito de Mulungú. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 2147, de 22-07-1959, desmembra do município de Guarabira o distrito de Araçagi. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de I-VII-1960, o município é constituído de 4 distritos: Guarabira, Cachoeira, Cuitegi e Pilõezinhos. (IBGE, 2017).

Pela lei estadual nº 2685, de 26-12-1961, desmembra do município de Guarabira o distrito de Cuitegi. Elevado à categoria de município. Pela lei estadual nº 3128, de 27-12-1963, desmembra do município de Guarabira o distrito de Pilõezinhos. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de I-I-1979, o município é constituído de 2 distritos: Guarabira e Cachoeira. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007. (IBGE, 2017).

Como visto documentalmente, o município de Guarabira sofreu uma grande fragmentação territorial, em sete novos municípios, que passaram por uma nova experiência política e administrativa. Com essa divisão temos novos arranjos

políticos e territoriais. Historicamente, o recorte é a década de 1950, saindo de uma área territorial de 851,358 quilômetros quadrados para 165,744 quilômetros quadrados (IBGE, 2017), (Figura 02):

Figura 02 - Imagens do espaço físico de Guarabira antes e depois das fragmentações, antes da década de 1950.



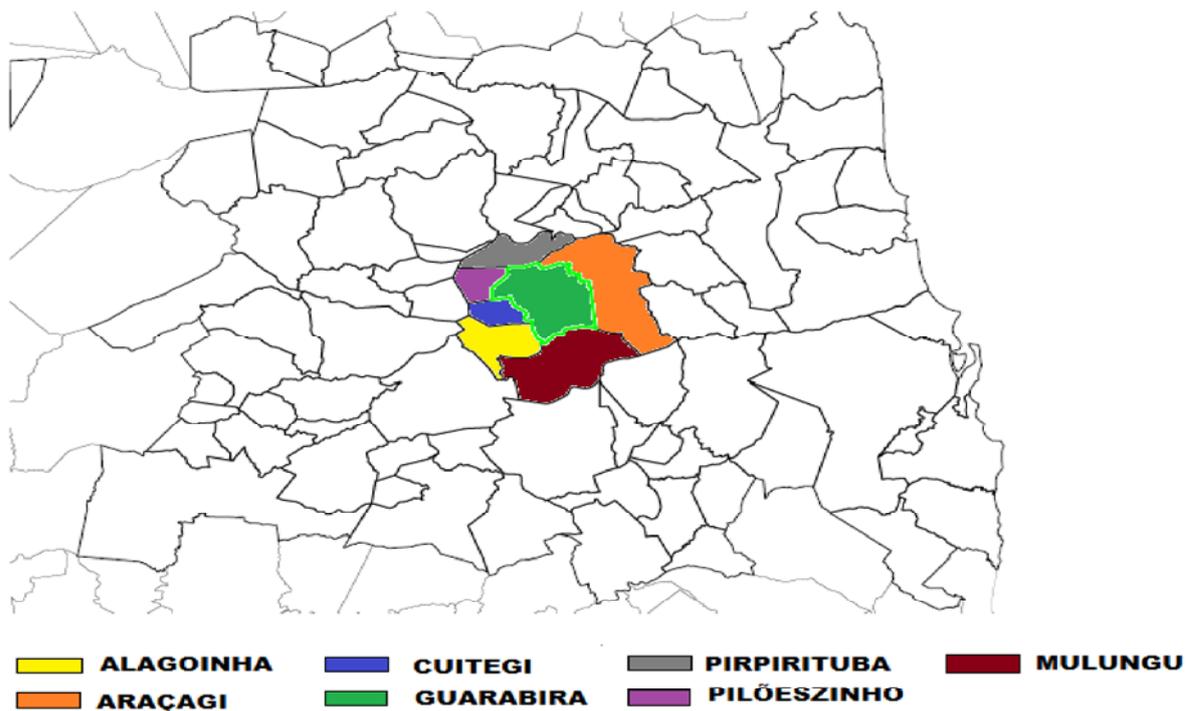
Fonte: IBGE, adaptado pelo autor, 2017.

A imagem cartográfica com destaque na parte em verde que mostra a área territorial de Guarabira antes da sua fragmentação, localizado na mesorregião do Agreste paraibano Guarabira permaneceu assim até meados de 1953, no final do ano de 1953 deu início a primeira fragmentação, antes disso o município de Guarabira tinha uma área territorial de 852,024 km², segundo dados do IBGE (2017). Os riscos em branco representam a atual base territorial de Guarabira.

Dentro dessa divisão territorial, foi possível organizar duas figuras cartográficas a partir da base de mapeamento do IBGE, representando o antigo desenho cartográfico e as novas áreas municipais. Essa cartografia demonstra que

Guarabira se tornou uma “ilha” cercada por Alagoinha, Araçagi, Cuitegi, Mulungu, Pilõeszinhos e Pirpirituba. No primeiro momento vemos o município de Guarabira em sua extensão territorial até 1953. A cartografia é clara, Guarabira encolheu de tamanho em todas as direções e suas perdas territoriais, afastaram dos municípios importantes dados, que nos anos 1960, colocavam Guarabira como a 12ª maior economia do Estado da Paraíba (Figura 03):

Figura 03 – Divisão territorial de Guarabira, depois de 1963.



Fonte: IBGE (2017), adaptado pelo autor, 2017.12

Com a fragmentação territorial de Guarabira, ao Norte ficou o município de Pirpirituba, ao Leste foi instalado o município de Araçagi; ao Sul Mulungu, ao Sudoeste, Cuitegi e Alagoinha e ao Oeste Pilõeszinhos. Essa divisão começou a se consolidar por volta dos anos de 1963, com uma perda territorial de 686,496 km², em que o município de Guarabira ficou com apenas 165,744 km² (IBGE, 2017).

A imagem mostra Guarabira já fragmentada e seus antigos distritos já emancipados e com sua divisão territorial já formulada, a imagem mostra como ficou Guarabira depois do último desmembramento no final de 1963. Segundo os dados do IBGE os seguintes municípios ficaram com as respectivas áreas de: **Alagoinha** com uma área de 96,98 km²; **Araçagi** com uma área de 231,155 km²; **Pirpirituba** com uma área de 79,844 km²; **Cuitegi** com uma área de 39,302 km², **Guarabira**

com uma área de 165,744 km²; **Mulungu** com uma área de 195,314 km² e; **Pilõeszinhos** com uma área de 43,901 km² (IBGE, 2017). Dentro desse contexto vale a pena apresentar cada um dos municípios que surgiram do desmembramento territorial de Guarabira.

Dos 852,24 km² que formavam o município de Guarabira, com seu desmembramento territorial, ficou com apenas 165,744 km, perdendo 686,496 km² para os novos territórios municipais do seu entorno. O mais incrível dessas perdas é que ao final da divisão, Guarabira ainda ficou menor que os municípios de Araçagi, que passou a existir com 231,155 km² e Mulungu que se emancipou com a área territorial de 195,314 km². (quadro 03):

Quadro 03 - Fragmentação territorial de Guarabira entre 1953 a 1963

Lei n°	Data	Municípios criados	Áreas km ²	População atual
841 (Lei provincial)	26/11/1877	Guarabira	165,744	58.881
Lei n° 979	02/12/1953	Pirpirituba	79,844	10.585
Lei n° 980	03/12/1953	Alagoinha	96,980	14.464
Lei n° 2074	29/04/1959	Mulungu	195,314	9.922
Lei n° 2147	22/07/1959	Araçagi	231,155	17.003
Lei n° 2685	26/12/1961	Cuitegi	39,302	6.790
Lei n° 3128	27/12/1963	Pilõeszinhos	43,901	5.080

Fonte: IBGE (vários anos); Lucena (2008). . Adaptada pelo autor, 2017.

Outro dado interessante para análise é a dinâmica demográfica, pois com a fragmentação territorial, também houve a perda de população. Para os novos municípios. Utilizando os dados demográficos atuais do IBGE (2017) para as áreas de Guarabira e que foram desmembradas, temos um contingente demográfico, superior a 122.698 habitantes. Isso significa dizer que Guarabira perdeu 63.817 habitantes, um número inferior ao seu total demográfico que atualmente é 58.881 habitantes.

Os dados estatísticos relativos às áreas territoriais e ao contingente populacional refletem diretamente na dinâmica socioeconômica e cultural do município em sua dimensão territorial que foi retraída com a emancipação política ocorrida entre as décadas de 1950 e 1960. Guarabira na atualidade, apesar que

ainda atrair para sua base territorial, esse contingente demográfico e diversas atividades econômicas, no entanto, perdeu importantes posições territoriais em escala estadual, pois o município já despontou entre as seis maiores economias do Estado e hoje fica acima da 12ª posição (IBGE, 2017). Esse quadro

3.2. FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB

Segundo o IBGE (2017), os primeiros colonizadores a chegarem à cidade encontraram apenas um acampamento de tropeiros que demandavam a Mamanguape, protegido por pequenos arbustos conhecidos por Araça e habitado por indígenas do grupo Gê, surgindo da união desses nomes o topônimo. Foram os componentes da família de Clisanto Leite os primeiros que ali se estabeleceram, construíram alguns prédios residenciais, denominando o lugar de Pernambucozinho. Com o desenvolvimento da povoação, edificaram uma Capela, sob a invocação de São Sebastião, e Francisco Leite, seu parente, fundou uma escola, tornando-se o primeiro professor. Posteriormente, os habitantes resolveram mudar o nome de Pernambucozinho para o de Araçagi(Figuras 03 e 04):



Figura 04- Paroquia de São Sebastião.
Araçagi/PB. Década de 1960.
Fonte: Paroquia de São Sebastião



Figura 05 - Paroquia de São Sebastião, Araçagi/PB.
Fonte: Paroquia de São Sebastião

A figura 4, mostra a paroquia de São Sebastião na época da emancipação política de Araçagi, logo ao lado a figura 5, mostra a paroquia nos dias atuais, nota-

se uma diferença bastante plausível, tanto na igreja como nas casas ao seu arredor, inclusive na rua em frente à igreja aonde hoje temos uma praça, aonde e o ponto de encontro dos moradores da cidade.

Segundo Silva (2011), não muito diferente de outros municípios emancipados na época, os principais atores políticos da sua emancipação acabaram por comandar o então município por diversas, José Felix da Silva, Jose Pessoa de Brito e Olívio Câmara, esses sobrenomes como Felix, Brito, Câmara e Maroja, hora ou outra volta a tona tanto no poder executivo quanto no legislativo, e até os dias atuais os seu descendentes tem posições de destaques no município.

3.2.1 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA/PB

O local onde hoje se situa o município de Alagoinha foi ponto de passagem de contrabandistas franceses, que por volta do século XVI passaram, pela região, à procura do ouro da serra da Capaoba. Na época, a região era habitada pelos índios potiguares. Os primórdios do povoamento são atribuídos a construção de uma casa, em 1864, às margens de uma lagoa na propriedade de Manoel Félix. Destinava-se a hospedagem dos tropeiros que se dirigiam para a grande feira de Mamanguape. (IBGE, 2017).

Na versão apresentada pelo historiador Coriolano de Medeiros, a povoação foi fundada em 1870 por Luiz Honorato, que construíra ali, a primeira residência e um estabelecimento comercial. A ele se juntaram outros pioneiros como o tenente José Joaquim de Moura, capitão Firmino Alves Pequeno, o capitão Francisco da Costa de Paulo Pereira e José Luiz Beltrão. (IBGE, 2017).



Figura 06 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição década de 1960. Alagoinha/PB
Fonte: Wildemar Silvestre



Figura 07 - Praça João Pessoa – Praça Geraldo Beltrão, ao fundo Igreja Matriz. Alagoinha/PB.
Fonte: Alysson Andrade

A figura 6 mostra a igreja matriz de Alagoinha na época de sua emancipação política em frente a ela a então praça João Pessoa que posteriormente veio a se torna a praça Geraldo Beltrão, a figura 7 mostra a igreja nos dias, nota-se que tanto a igreja como muitas das casas ao seu redor não tiveram muitas mudanças nesse período de tempo, mas já então a praça Geraldo Beltrão teve inúmeras mudanças.

Segundo Mariano Neto (2015) Alagoinha tem sido desde seus primórdios praticamente monopolizada pela família Beltrão, essa família que é muito famosa no meio jurídico por então ter muitos advogados de renome na família, os Beltrão são os únicos que aparecem desde o povoado até fundação da cidade em estado de poder, essa família que sempre manteve o poder no município tendo inúmeras vezes estado no cargo executivo da cidade.

3. 2. 2 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CUITEGÍ/PB

Sua história tem início com a colonização portuguesa que pertinho de Mamanguape, estenderam uma linha de comércio para o interior. Cuitegí ficava em seu itinerário. Seu nome é derivado de Cuité (árvore da região) e GI (TRIBO

INDÍGENA). Conta-se que os tropeiros que iam pra Mamanguape paravam debaixo destas árvores para descanso da tropa e depois seguiam viagem (IBGE, 2015).

Os primeiros colonizadores, que se fixaram na região deram-lhe o nome de Cuité. Surgiram as primeiras casas e a povoação floresceu. Sendo sua história mais antiga do que a de Guarabira. Cuitegi possuía um comércio de bom nível, durante os anos 1870 e 1880. (IBGE, 2015).

Em 1880, um surto de varíola assolou o município de Guarabira tendo os seus habitantes, seguido em grande parte para a vila de Cuité. Com isso, registrou-se salutar desenvolvimento do comércio local, e surgindo novas edificações. Passado o surto de varíola os comerciantes que já estavam radicados em Cuité, não desejaram retornar pra Guarabira tendo sido necessário o uso da força para conseguir transferir a feira e os comerciantes para a sede do município. (IBGE, 2015).

As próximas figuras 8 e 9 mostra a Igreja de Nossa Senhora do Rosário mostrando a transformação de sua principal igreja através de algumas décadas, isso exalta o símbolo da fé entre os moradores locais e à igreja católica, que foi o ponto de início da fundação de muitas cidades, representando não apenas o local representando o sagrado, mas o ponto inicial de uma cidade.



Figura 08 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Cuitegi/PB, década de 80.
Fonte: Pastoral Nossa Senhora do Rosário.



Figura 09 - Igreja de N. Sra. Do Rosário, Cuitegi/PB, Atual.
Fonte: Pastoral Nossa Senhora do Rosário

Segundo Silva (2006), entre as figuras políticas mais representativas da região estão as famílias Paulino e Pimentel, a família Pimentel que desde a fundação de Guarabira já tinha ocupados cargos no executivo era sem sombra de dúvidas umas das famílias mais poderosas de Guarabira e Cuitegí, mas com o grande feito conquistado por Antonio Paulino, junto a outras personalidades políticas de Guarabira que conseguiram a emancipação de Cuitegí, e tornando assim Antonio Paulino o primeiro prefeito, de Cuitegí.

3. 2. 3 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MULUNGU/PB

O município teve sua origem na propriedade Camarazal, nome que se atribui ao riacho que o banhava. Mais tarde formou-se o povoado às margens do rio Mamanguape e a denominação de Mulungu, árvore abundante na região. A Igreja Matriz, localizada na parte alta da Cidade, teve a construção iniciada em 1943. Em sua evolução, o município teve as seguintes denominações: Mulungu (até 1943), Camarazal (até 1948, e novamente Mulungu (até a presente data).

Segundo Silva (2006), entre várias famílias de atuação política na região a que merece mais destaque é a então família Bandeira, muito conhecida até fora do estado a família tem como um dos símbolos o General Antônio Bandeira, militar que teve ativo na época do regime militar e próximo ao também General e ex-presidente Castelo Branco, os Bandeiras tem destaque na política de Mulungu desde antes de sua emancipação, a família já ocupou cargos no executivo de legislativo tanto em Guarabira quanto em Mulungu.

3. 2. 4 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PILÕEZINHOS/PB

As terras que deram origem a Pilõezinhos foram habitados primeiramente pela nação POTIGUARA. Depois, os colonizadores portugueses instalaram os primeiros engenhos de cana-de-açúcar, isso por volta dos anos 1700 a 1750. Seu

nome é derivado de pequenos pilões de barro pelos primeiros colonizadores, dada a qualidade da argila propícia a confecção de artefatos de barro.

Surgiram os primeiros núcleos habitacionais. A povoação floresceu e foi construído uma capela sob a invocação de seu padroeiro São Sebastião passou a ser povoado de Guarabira já com o nome de Pilõezinhos, e seus fundadores supõe-se foram as famílias Martins, Mendes, Alves, Camelo entre outras. Não existe uma base firme e detalhada sobre a história de Pilõezinhos. Os antigos moradores têm as famílias citadas como de legítimos fundadores.

Segundo Silva (2006), entre essas famílias citadas acima três tem maior destaque, são os Mendes, Alves e Camelo, essas famílias sempre tiveram na disputa do poder político em pilõezinhos, com maior ênfase a família Mendes esse entre todas as outras família políticas da região foi a de mais destaque seja na pecuária, comercio ou na vida política, da fundação do povoado até os dias atuais a família Mendes tem tido grande poder e influência na política do então município ocupando por inúmeras vezes cargos no executivo e legislativo da município de pilõezinhos.

3. 2. 5 FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRPIRITUBA/PB

O município de Pirpirituba, deve o seu topônimo, segundo os estudiosos do assunto, a corruptela da palavra tupi-guarani “Peri-peri-tuba” que significa “onde nasce o junco” em face da abundância dessa ciperácea na região. Situado no território onde originou o município de Guarabira, do qual foi parte integrante, Pirpirituba foi das primeiras áreas a serem percorridas pelo homem branco portugueses e holandeses, estes por volta de 1641, em busca das riquezas da serra de Cupaoba situada na mesma região (IBGE, 2017).

Pouco se sabe em relação a evolução histórica do município. Sabe-se, porém, que os fazendeiros Luiz Correia de Melo e Lourenço Cordeiro, pela segunda metade do século XIX, estabeleceram em suas fazendas os primeiros núcleos populacionais, sob a toponímia de Pirpirituba, que rapidamente se desenvolveram, graças ao cultivo e ao comércio do algodão. A povoação foi elevada à categoria de vila em 1938, apesar de ser distrito de Guarabira desde 1892, até ser emancipado em 1953.

Pirpirituba foi o primeiro distrito a se emancipar de Guarabira isso leva a crer que a disputa pelo poder lá era bem contundente, as figuras de maior destaque em termos dessas épocas são, Manuel de Freitas e João de Arruda, a família Freitas se ramificou bastante, de certa forma seu poderio político se dissolveu com o passar dos anos e com o fim dos coronéis, mas por outro lado eles se estabeleceram em vários setores do comércio, e seu sobrenome ainda tem prestígio até os dias atuais.

Mas, entretanto, o poderio de alguns não mudou com o tempo, aqueles descendentes mais próximos sempre ficaram a concorrer nos cargos do legislativo e do executivo, e na maioria das vezes sempre tendo êxito, ao vencer a disputa eleitoral, isso fica notável ao se constata que o atual prefeito do município é um Freitas, e descendente direto do então coronel Manuel de Freitas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando compreender o processo que ocorreu na fragmentação territorial do município de Guarabira foi necessário que se realizasse uma pesquisa, fazendo um levantamento geográfico e histórico da área, também foi feito um breve resumo sobre seus antigos distritos aos quais se emanciparam e hoje ainda são influenciados por Guarabira sendo politicamente ou economicamente.

Como foi possível constatar através deste trabalho, Guarabira foi e é uma cidade com muita importância na região, tendo no seu passado sido ponto de pousadas e descanso para tropeiros e comerciantes que iam em direção ao litoral ou votavam ao sertão, passou de um local de abastecimento para um centro político, aonde inúmeras famílias políticas de renome e prestígio deram origem no seu território.

Através dessa pesquisa podemos notar o quanto a geografia é importante ao conter os conceitos precisos como teorias e formulas para explicar os fenômenos geográficos, sejam eles nos aspectos econômicos, políticos e socioculturais, ao pesquisar e estudar sobre a história política de Guarabira, e tenta levantar dados sobre sua fragmentação, ficou claro a importância dos métodos de pesquisa para o levantamento desses dados.

Ao final da década de 50, a sociedade guarabireense sentiu de perto a influente força-política das oligarquias mais presentes em seus diferentes distritos. Era bastante comum entre as décadas de 20 a 40 se ouvir falar das patentes de “coronel”, “major”, “capitão” contempladas regamente aos portentosos senhores de terras pela guarda nacional.

“Guarabira era um pequenino estado dentro do estado”, pertencia ao município de Guarabira os distritos de Alagoinha, Cuitegi, Pilõeszinhos, Araçagi, Mulungu e Pirpirituba. Na questão político-partidária, “os coronéis” da zona rural sempre impunham a força de sua representatividade nos períodos eleitorais, isso ficou aparente até as eleições de 1955.

Guarabira mesmo sofrendo uma ruptura após sua fragmentação não perdeu prestígio ou força política ela continua sendo um polo que envolve diversos municípios entre eles seus antigos distritos, não é à toa que Guarabira recebeu o

apelido de Rainha do Brejo, mesmo estando na mesorregião do agreste paraibano, ela ganhou esse apelido por causa da sua influência política e econômica em todo o território de sua Microrregião.

As antigas lideranças ainda com folego suficiente para alcançar e manter-se no poder por três ou até mais legislaturas, estão sumindo rapidamente a cada eleição, sufocadas pelo poder financeiro que impõe a regra do jogo na hora do voto, exercitar a cidadania em toda sua plenitude está muito longe de se alcançar no estágio atual em que se encontra a sociedade brasileira como um todo.

A falta de conscientização política, aliada a pobreza predominante em grande faixa do eleitorado, faz com que o voto vire mercadoria de leilão onde quem der mais leva, mas isso é historicamente compreensível, por ser próprio das democracias frágeis e incipientes, talvez com uma ampla reforma política, o que já se configura para breves dias, redefinam-se regras e critérios para serem aplicados nas futuras eleições.

Usando do justo senso da autocrítica, critério imperioso para quem produz algo para o julgamento pósteros, consideramos esse nosso singelo trabalho mais um fragmento histórico que vem a somar-se a outros aqui já produzidos e que retratam tão bem a importância da geopolítica na Terra da Luz.

Não obstante as dificuldades encontradas no tocante as fontes documentais sobre o tema escrito, procuramos ser isentos nas análises dos fatos acontecidos no transcorrer dessa longa história, espero, pois, que esse meu singelo epítome possa ser utilizado pelas gerações futuras como objeto de pesquisa, quando necessário for, foi essa a minha intenção maior.

REFERENCIAS

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2008.

GOMES, Rita de Cássia Conceição. **A Fragmentação do Território no Brasil e a Reprodução das Relações de Poder: uma Leitura a partir do Rio Grande do Norte**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe) da UFRN. Sociedade e Território, Natal, v. 27, nº 1, p. 231 - 250, jan./jun. 2015.

HAESBERST, Rogério. **O Mito da Desterritorialização do “Fim do território” a Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/alagoinha.pdf>. Acesso em 15/09/2017 as 21:00

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/cuitegi.pdf>. Acesso em 15/09/2017 as 21:10

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/guarabira.pdf>. Acesso em 15/09/2017 as 21:11

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/mulungu.pdf>. Acesso em 15/09/2017 as 21:13

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/piloezinhos.pdf>. Acesso em 15/09/2017 as 21:20

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/pirpirituba.pdf>. Acesso em 15/09/2017 as 21:22

<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=250080&search=paraiba|aracagi|infograficos:-historico>. Acesso em 15/09/2017 as 22:00

<http://vamoscontar.ibge.gov.br/recursos/informacoes-municipais/paraiba>. Acesso em 15/09/2017 as 22:20

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250630&search=paraiba|guarabira|infograficos:-historico>. Acesso em 15/09/2017 as 23:00

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil)**. 3ª Ed Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 1ª ed (1949).

LUCENA, Claudete Pereira do Nascimento; MARIANO NETO, Belarmino. **A Formação de Guarabira e seus Recortes Territoriais**. In.: MARIANO NETO, B.; ARRUDA, L. V. (Orgs.) Geografia Território e Planejamento Urbano, Rural e Ambiental. João Pessoa: Ideia Editora, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é Geopolítica**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986

MARANHÃO, Sívio. **A questão Nordeste**. Editora Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro, 1984.

MARIANO NETO, Belarmino. **As oligarquias de Guarabira e o poder local**. Guarabira: Guarabira50graus. Disponível em: <http://guarabira50graus.blogspot.com.br/2015/08/as-oligarquias-de-guarabira-e-o-poder.html>

NUNES, Nonato S. **Guarabira 1603–1887, Missão, Vila, Cidade**. João Pessoa. Rousseau, 2015

SANTANA, Mirian Ilza, <http://www.infoescola.com/historia/era-vargas>, ano 2006 acessado dia 16/05/2016 as 22:56

SANTIAGO, Emerson. **República Populista (1945 - 1964)** 2011. Disponível em: <http://variasvariaveis.sites.uol.com.br/pop.html>. Acesso em 18/05/2016 as 22:00

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Revista Cadernos do Logepa – Série Texto Didático**. Ano 3, Número 5 - Jul/Dez de 2004 - ISSN 1677-1125

SILVA, Martinho Marcolino da. <http://profmarto.blogspot.com.br/2011/06/historia-de-aracagi-pb.html>, 2011. acesso as 21:00 dia 02/12/2017

SILVA, Vicente Barbosa da. **Casa Osório de Aquino**. João Pessoa: Impresso na Sal da terra, 2006.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. IN.: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia Conceitos e Temas. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.